
As proposições políticas do Banco Mundial para o alívio da pobreza na educação infantil

As proposições políticas do Banco Mundial para o alívio da pobreza na educação infantil

Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9422-4579>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: cristianeapbueno@yahoo.com.br

Gisele Aparecida Dossena

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7070-9803>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: gisele_dossena93@hotmail.com

Julian Monike Nazário Scolaro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1382-2962>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: julian_monike@hotmail.com

Francielle Selzler Brecher Beckert

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6031-1136>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
E-mail: franciellebeckert@educacao.cascavel.pr.gov.br

RESUMO

Este artigo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem o propósito de demonstrar a relação entre Educação e Desenvolvimento para o Banco Mundial, a qual está sustentada na defesa de investimento para a *satisfação das necessidades humanas básicas* para atendimento aos grupos socialmente vulneráveis. Como resultado da análise, as proposições políticas do Banco Mundial para a Educação Infantil tem como prioridade o alívio da pobreza, referência para a formulação de propostas que atendam as *necessidades humanas básicas*, com ênfase para valorização do *capital humano*, cujo objetivo é o de aumentar a produtividade futura dos pobres, visando incluí-los no sistema econômico e no mercado de consumo.

Palavras-chave: Política educacional; Educação infantil; Banco Mundial.

ABSTRACT

Abstract: This article, through bibliographical and documentary research, aims to demonstrate the relationship between Education and Development for the World Bank, which is sustained in the defense of investment for the *satisfaction of basic human needs* to serve socially vulnerable groups. As a result of the analysis, the Bank's political proposals for early childhood education have as a priority poverty alleviation, a reference for the formulation of proposals that attend *basic human needs*, with emphasis on *human capital* valorisation, whose objective is to increase the future productivity of the poor, in order to include them in the economic system and in the consumer market.

Keywords: Educational politics; Child education; World Bank.

INTRODUÇÃO

O Banco Mundial é um grupo que congrega um conjunto de instituições financeiras, criadas em diferentes momentos históricos e com distintas características. Particularmente o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi a primeira instituição do grupo do Banco Mundial. O BIRD, criado em 1944, teve como principal tarefa ajudar na reconstrução dos países europeus destruídos pela II Guerra Mundial e fomentar o desenvolvimento nos países menos desenvolvidos.

Nesse sentido, a partir da *Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas*, conhecida como *Conferência de Bretton Woods*, a qual teve a finalidade estruturar a ordem econômica internacional do Pós-Guerra, John Maynard Keynes, definiu a necessidade de um Banco que estivesse voltado para a reconstrução e o desenvolvimento dos países do sul (Marquez, 2006, p. 38).

Os acordos de *Bretton Woods* (1944) originaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BIRD, explicitando a hegemonia norte-americana no bloco dos países centrais que, dentre outras ações, institucionalizou diversas modalidades de empréstimos e mediações financeiras entre os organismos criados, os governos nacionais e o sistema de Bancos Privados Internacionais.

A partir de 1949 o Banco Mundial passou a

[...] trabalhar com a idéia de ‘projetos-orientados’ voltados para a infra-estrutura. O controle dos empréstimos passaria a ser feito conforme metodologia específica, modificando as burocracias dos países tomadores [...]. Em outros termos, a nova orientação instituiu o conceito chave de condicionalidade econômica (Leher, 1998, p. 108, grifos do autor).

As condicionalidades seriam direcionadas pelo financiador, Banco Mundial, que também forneceria aporte quanto à assessoria técnica e financeira. Evidenciou-se, assim, uma estratégia política focalizada nos projetos de infra-estrutura tendo como objetivo alavancar o desenvolvimento. Portanto, o Banco Mundial até a década de 1960 concentrava-se na meta de promover o crescimento econômico para o desenvolvimento¹ das nações.

¹ Longe de representar um fato econômico inexorável, regido exclusivamente por leis econômicas “[...] o desenvolvimento é antes uma ideologia produzida num contexto determinado: o pós-Segunda Guerra, enquanto afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA, e do deslocamento da guerra fria para os países do chamado Terceiro Mundo. A ideologia do desenvolvimento tem como determinante a pujança econômica do EUA, sobretudo como ideologia política, expressando relações sociais que ultrapassam as

Assim, até a década de 1960, a educação e a saúde eram secundárias para o Banco Mundial. A situação começou a mudar a partir da década de 1970 com George D. Woods (1963-1968) e, definitivamente, na gestão de Robert S. McNamara (1968-1981) (Leher, 1998, p. 202). O Banco Mundial passou a ampliar os investimentos em projetos para o setor social, destacando-se o setor educacional, a saúde e o desenvolvimento agrícola, considerados de suma importância. A esse respeito Marquez (2006, p. 68) destaca que, a ênfase direcionada ao setor social relacionava-se com a educação e a saúde, de forma a possibilitar as condições prévias para impulsionar a produtividade da população pobre.

Nessa dimensão, na década de 1970, os documentos setoriais da educação e da saúde, produzidos pelo Banco Mundial

[...] apontaram a necessidade de desenvolvimento de programas e projetos destinados a ações mais simples, como programas de alfabetização funcional para mulheres e serviços médicos essenciais, que, por serem de baixo custo, poderiam atingir um número maior de pessoas, além disso, poderiam ser assumidos pela comunidade, onde esta deveria ‘sentir-se responsável’ pelos níveis de educação e saúde de sua região (Conterno, 2008, p. 210, Grifos da autora).

A mudança na orientação política do Banco Mundial deveu-se, portanto, à focalização para a população pobre, ressaltando que para McNamara o alívio da pobreza seria fundamental para a segurança nacional. Em decorrência dessa orientação política, nacional e internacionalmente, a pobreza entrou em pauta, cujo termo *focalização*, utilizado pelo Banco Mundial, vinculou-se ao atendimento às *necessidades humanas básicas* da população carente. Portanto,

[...] a focalização de políticas é o contraponto político, econômico, fiscal e ideológico às políticas sociais universais implementadas, seja pelos Estados centrais ou periféricos, e justificadas como políticas que caminham na direção da superação do que consideram um Estado em crise, ineficiente e não flexível às exigências do *mundo moderno e globalizado* (Deitos, 2005, p. 178, grifos do autor).

fronteiras nacionais. Esta ideologia condensa relações de domínio da potência hegemônica sobre frações aliadas nos países industrializados avançados e, principalmente, sobre os agora denominados ‘países em desenvolvimento’” (Leher, 1998, p. 50, grifos do autor).

Para o Banco Mundial investir nas *necessidades humanas básicas* permitiria mobilidade e controle político e ideológico para prevenir situações sociais críticas. Neste caso, o Banco Mundial adotou a estratégia político-ideológica de aliar a preocupação com o desenvolvimento econômico e social com as *necessidades básicas humanas*, o que veio a proporcionar uma interferência direta nas políticas dos países em desenvolvimento. A centralidade na pobreza significou uma das formas de sustentar o processo de estímulo à produtividade, sendo a educação e a saúde básicas consideradas instrumentos fundamentais para o seu alívio e para impulsionar o desenvolvimento econômico e social dos países. Diante da preocupação com a pobreza e da institucionalização de diversas modalidades de empréstimos, como mencionado, os projetos de empréstimos transformaram-se em multi-projetos que culminaram em programas integrados, dotados de componentes e interações complexas, organizados em áreas setoriais, sendo a educação uma delas. Leher (1998) analisa que apesar da mudança no modo operacional não se excluíram os antigos projetos, por serem “[...] compreendidos como parte operacional dos programas, com ações de médio prazo e de caráter mais abrangente” (Leher, 1998, p.122).

A *priori* o Banco Mundial financiaria programas de interesse próprio dos países que efetuassem os empréstimos, porém na prática os programas se mostraram de interesse próprio em sua organização, sua destinação e seu conteúdo (Leher, 1998, p. 121). Garantir as *necessidades humanas básicas*, em particular para a educação, com a aquisição de novos conhecimento/habilidades, e para a saúde, com condições mínimas para se manter saudável, promoveria não só estabilidade social, mas impulsionaria a participação da população socialmente vulnerável no processo de desenvolvimento.

Diante desta nova conjuntura o Banco Mundial direcionou algumas mudanças para o setor educacional dos países mutuários. Tal procedimento possibilitou a imposição de condicionalidades e a alteração direta nas políticas dos países em desenvolvimento. O alívio da pobreza configurou-se como a principal meta de atuação do Banco Mundial e os princípios como equidade e eficiência foram propostas para os ajustes setoriais, os quais deveriam se centrar nos setores públicos, adotando modelos gerenciais orientados pelo Banco (Fonseca, 1997, p. 47 - 48).

Para o Banco Mundial as reformas estruturais no setor econômico promoveriam a estabilidade econômica, protegendo os pobres das flutuações de renda ocorridas no passado. Nesta direção, para o Banco Mundial “*Se houver um grande empenho no sentido*

de melhorar a educação, haverá também uma redução significativa da pobreza [...] especialmente se for possível melhorar a focalização dos recursos” (BANCO MUNDIAL, 2001a, p. 11, grifos no original). Configurou-se, dessa forma, a educação como instrumento de alívio da pobreza, permitindo ao Banco atuação política no sentido de monitorar os ajustes estruturais e setoriais a fim de compactuar com o “[...] globalismo econômico e comercial” (Fonseca, 1997, p. 47).

Cumprido esclarecer que

[...] um dos fios condutores para a compreensão dos ajustes estruturais e setoriais recomendados pelos Organismos Internacionais, com particular ênfase para os demandados pelo FMI, BID, Banco Mundial e OMC - Organização Mundial do Comércio, tem sido, no Brasil, o mecanismo de financiamento e endividamento externo, associado ao endividamento interno; ambos aceleram o processo de acumulação e de especulação parasitária, geradores de exportação de capitais e deterioração das condições internas, atingindo dimensões contínuas e degradantes para a maioria da população, que, na última década do século XX, aumentou a já grande parcela levada à miséria extrema e à marginalização violenta (Deitos, 2005, p. 78).

Os ajustes estruturais e setoriais² são empreendidos no Brasil desde 1990, os quais também podem ser chamados de (neo)liberais.

Os ajustes estruturais e setoriais implementados nos países através das condicionalidades oriundas dos empréstimos realizados com os organismos financeiros multilaterais estão ancorados, fundamentalmente, em um diagnóstico e em uma justificativa que se sustentam na *globalização econômica* e na *revolução tecnológica*. [...] A educação aparece com uma função importante para o argumento político-ideológico, econômico e financeiro prodigioso do discurso (neo)liberal e insistentemente renovado, servindo para dissimular os reais problemas geradores desse processo em âmbito nacional e internacional e, sustentados nesse argumento, os empréstimos para a educação continuam como um componente no conjunto dos empréstimos para os ajustes estruturais, constituindo parte do financiamento externo aos países, gerador de acumulação de capital e

² Deitos (2005, p. 219) afirma que: “Em documento do Banco Mundial de *Estratégia de Assistência ao País – CAS* (Country Assistance Strategy), de junho de 1997, os ajustes estruturais e setoriais são elencados no contexto das políticas macroeconômicas mundiais e nacionalmente afinadas política, financeira e economicamente ao processo de mundialização financeira” Cf. Banco Mundial. *Estratégia de assistência ao país*. Relatório n. 16582-BR. Washington, D.C.: 12 de junho de 1997. In: Vianna Jr., Aurélio. (Org.) et al. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil – Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília, DF: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, março de 1998.

constituindo-se como fundamental para o discurso e as ações econômicas (Deitos, 2005, p. 211-224).

Nesse contexto, o movimento de acumulação do capital, materializado no conjunto dos ajustes estruturais e setoriais implementados no Brasil desde os anos de 1990, justifica-se sob o argumento de que a educação é uma das variáveis fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico e para alívio da pobreza, bem como para a “[...] *integração competitiva da economia nacional à chamada globalização.*” (Deitos, 2005, p. 298, Grifos do autor).

O discurso do Banco Mundial, de caráter humanitário e de justiça social, com foco nos grupos socialmente vulneráveis, remete ao entendimento de que tal preocupação precede a quaisquer outros objetivos. Todavia, evidenciou-se a preocupação deste Organismo Internacional com a estabilidade econômica e política, a redução de gastos públicos e o apoio ao setor privado. Evidencia-se para o Banco Mundial uma “[...] feição mais marcadamente ideológica, centrada nas conexões pobreza-segurança-domínio/direção” (Leher, 1998, p. 203).

Pode-se afirmar que o Banco Mundial, ao conceber a educação e a saúde básicas como instrumentos de ascensão social e nacional, propõe políticas sociais focalizadas para contribuir com as demandas do mercado de trabalho nos quesitos da produtividade e do consumo. Para aliviar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico dos países mutuários o Banco Mundial atuou “[...] por meio de empréstimos, assessoramento às políticas, assistência técnica e serviços de intercâmbio de conhecimento” (Marquez, 2006, p. 37) expandindo, dessa forma, a sua área de alcance.

Trata-se de uma relação entre educação e pobreza que, para Zanardini (2008, p. 183) é constante nos documentos do Banco Mundial. O fato é que o Banco Mundial sustenta o discurso de que “[...] as ‘novas’ apostas em capital humano e no campo educacional são justificadas pela idéia de que investir neste ‘ramo’ é fundamental [...]” (Zanardini, 2006, p. 85, grifos do autor). Nesta direção, o Estado atua como articulador responsável pela elaboração e implementação de políticas, cuja intervenção por meio das políticas sociais, em particular a educacional, mostra-se como uma medida salutar.

As proposições do Banco Mundial de que é necessário direcionar esforços para o atendimento ao grupo socialmente vulnerável, poderia ser traduzido pelo investimento em políticas focalizadas que atendessem às necessidades mínimas dos sujeitos em situação de miséria. A educação e a saúde básicas seriam fundamentais para aliviar a

pobreza já que ajudariam a fortalecer o capital humano dos pobres e aumentariam a sua renda (Banco Mundial, 2001a).

A defesa em valorizar o *capital humano*, por parte do Banco Mundial, teve como objetivo aumentar a produtividade dos mais pobres, visando incluí-los no sistema econômico, no mercado de consumo, bem como influenciar na sua conduta política. Sendo assim “Os recursos dos pobres ficariam mais valorizados mediante uma melhoria na educação, na saúde, nos serviços físicos e urbanos, e no capital físico” (Banco Mundial, 2001a, p. 12), pois, o grupo socialmente vulnerável poderia aproveitar melhor as oportunidades econômicas.

A preocupação do Banco Mundial com as ações que promoveriam o alívio da pobreza vincula-se a educação/saúde e produtividade futura. A qualificação por meio da educação seria imprescindível para a inserção no mercado de trabalho. Evidencia-se, desta forma, o caráter compensatório da educação. Não se pode considerar o “[...] investimento social como um mecanismo para conseguir maior igualdade de oportunidades; é preciso garantir sua efetividade para modificar a vida e as expectativas da população” (Coraggio, 2007, p. 91).

Para Fonseca (1997, p. 48) os setores sociais da saúde e de educação possibilitariam “[...] condições prévias para a produtividade dessas populações, especialmente em trabalhos por conta própria”, ou seja, subjacente a concepção de educação expressa pelo Banco Mundial, investir no *capital humano*, é considerar que a educação e saúde básicas, proporcionariam maiores condições de produção (Coraggio, 2007, p. 91-92).

Por isso, o consenso do Banco Mundial e de outros Organismos Internacionais de que o Estado ao oferecer os serviços essenciais básicos, de educação e de saúde, está contribuindo para a estabilidade política e social, ou seja, para manter a pobreza em níveis suportáveis, responde ao atendimento às demandas sociais críticas para administrar os efeitos recessivos das duras políticas de ajuste econômico, justificando os investimentos nas referidas áreas.

A educação e a saúde básicas passaram a ser concebidas como fundamentais para o alívio da pobreza, da redução das desigualdades sociais e da possibilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico. Investir no *capital humano* dos pobres é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para elevar a economia do país. Tal

estratégia político-ideológica evidencia-se nos documentos do Banco Mundial que definem os rumos educacionais, nacionais e internacionais.

É possível afirmar, nessa direção, que a teoria do *capital humano* se constituiu como diretriz nas proposições políticas do Banco Mundial. A concepção educacional pautada na teoria do *capital humano* justifica-se por meio da finalidade de preparar os sujeitos para “[...] adquirir conhecimento, comportamento, atitudes, valores e habilidades; responder às novas oportunidades; ajustar-se às mudanças sociais, culturais e participar em atividades políticas” (Monlevade; Abádia, 2000, p. 78).

O documento do Banco Mundial: *Brasil - Documento de País (2000)*, expressa uma análise das proposições implementadas por meio das reformas setoriais no Brasil, no período de 2000 a 2003, identificando cinco desafios para promover o desenvolvimento sócio-econômico do país. Os cinco desafios incluíram: retomar o crescimento econômico em condições de equidade social; reformar o setor público; melhorar a competitividade; focalizar nos problemas sociais, e, em particular, na pobreza; e revitalizar a integração regional (Banco Mundial, 2000, p. 3).

Para tanto, documento do Banco Mundial: *Brasil - Documento de País (2000)* apresenta as proposições definidas para a resolução da problemática citada, explicitando que o objetivo é “[...] cooperar com o Governo em seus esforços para **crescer num contexto de estabilidade e reduzir as desigualdades e a pobreza**” (Banco Mundial, 2000, p. 3, grifos no original). As condicionalidades compreenderiam:

- Promover e aprofundar a **reforma e modernização do Estado** no âmbito federal, estadual e municipal;
- Apoiar os esforços para melhorar a **competitividade e acesso ao mercado** da produção brasileira, promovendo a iniciativa de redução do Custo Brasil e o processo de modernização econômica, por meio do fortalecimento do sistema financeiro, apoio às micro, pequenas e médias empresas, a reabilitação da infra-estrutura básica, a integração e o desenvolvimento turístico;
- Apoiar os esforços para reduzir as **desigualdades sociais e a pobreza priorizando os setores de educação e saúde, incluindo intervenções para melhorar a eficiência do gasto social e apoiar a descentralização dos serviços sociais, formando parcerias com a comunidade e a sociedade civil;**
- Atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais com ênfase na proteção de ecossistemas vulneráveis (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 4, grifos no original).

Destacamos, no documento *Brasil - Documento de País (2000)*, o terceiro ponto de ação, por explicitar que o setor educacional e o setor de saúde devem ser priorizados, sendo considerados estratégicos para a redução das desigualdades sociais e alívio da pobreza. Outro elemento a se considerar é o fato de que o Banco Mundial define a focalização de esforços no sentido de reduzir gastos sociais para com os setores sociais, descentralizando a obrigatoriedade desse atendimento da esfera estatal para a sociedade civil.

O Banco Mundial indica que o Brasil deve “centrar esforços” nas áreas da educação e saúde básicas, ou seja, nas *necessidades humanas básicas*, a fim de contribuir com a redução da desigualdade social e o alívio da pobreza, sendo a educação a primeira enfatizada na seção *II. Objetivos e Estratégias*, no item “*c. Redução das desigualdades sociais e da pobreza*” explicitando que

O melhoramento dos níveis educativos é visto como condição fundamental para obter os níveis de produtividade e competitividade [...] e como ferramenta principal para melhorar a distribuição da renda e reduzir a pobreza a médio e longo prazo (Banco Mundial, 2000, p. 24).

O Banco Mundial propôs, ainda, que para alcançar a equidade social, torna-se prioritário e estratégico direcionar esforços para a focalização e eficiência do gasto social de forma a direcionar melhor os gastos públicos para a população socialmente vulnerável. A implantação de programas focalizados de proteção social e a implantação de reformas nos setores da educação, da saúde, da assistência social e do desenvolvimento urbano e industrial, fazem parte das proposições para o alívio da pobreza brasileira que, para o Banco Mundial, contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Os documentos provenientes do Banco Mundial demonstram, por intermédio da educação, que a pobreza pode ser aliviada. O *Relatório nº 20475 Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas Políticas voltadas para a Redução da Pobreza Urbana – Volume I (2001a)* indica a importância de “Novos investimentos e reformas educacionais que se concentram na primeira infância e na educação primária em áreas e comunidades pobres” (Banco Mundial, 2001a, p. 18), por entender a educação como responsável por oportunidades futuras, tanto no progresso escolar, quanto no progresso pessoal.

Constata-se, dessa forma, a teoria do *capital humano*, uma vez que

[...] as justificativas para os investimentos na educação da infância são fortemente condicionados pela perspectiva do desenvolvimento de recursos humanos, tendo em vista a capacidade produtiva futura e a possibilidade de gerar uma distribuição mais equitativa (Campos, 2008, p. 122).

O Relatório do Banco Mundial nº 20475-BR *Combate à Pobreza no Brasil (2001a)* sustenta que

A pobreza está estreitamente associada a baixos níveis de escolaridade: 73% dos domicílios pobres têm como chefe de família indivíduos com no máximo 4 anos de escolaridade. É a desigualdade educacional, mais do que a segmentação ou a discriminação no mercado de trabalho, que explica a maior parcela da desigualdade de renda no Brasil (Banco Mundial, 2001a, p. 8).

A preocupação do Banco Mundial com a pobreza é devido aos riscos³ à estabilidade política do país. Assim, atribui-se a educação a tarefa de intervenção política de contenção da pobreza (Campos, 2008, p. 31). De acordo com Deitos (2010, p. 215), o receituário do Banco Mundial no atual contexto continua a priorizar as ações focalizadas para o alívio da pobreza com prioridade para a Educação Básica, em especial, o Ensino Fundamental. Neste sentido, proposições que promovem o desenvolvimento econômico e social deveriam ser direcionadas a fim de aliviar a pobreza extrema.

As perspectivas para a infância, apontadas nos documentos do Banco Mundial, evidenciam que: “[...] serviços de desenvolvimento da primeira infância pode ser uma forte arma contra a pobreza ao construir o capital humano, um dos melhores investimentos que um país pode fazer em seu desenvolvimento” (Banco Mundial, 2001b, p. viii). Para o Banco Mundial a educação da infância é concebida com vistas à sua produtividade e capacidade de gerar renda no futuro. Assim sendo, “[...] o objetivo da infância é torna-se um adulto plenamente produtivo, o ‘capital humano’ do futuro” (Penn, 2002, p. 13, grifos da autora).

O Banco Mundial atribuiu a pobreza como causa pela estagnação do processo de desenvolvimento, e falta de acesso à educação como responsável pela perpetuação da

³ Instituições como sindicatos e associações e movimentos organizados poderiam acarretar entraves aos ajustes. Outro fator seria o crescimento da pobreza já que no Brasil há “[...] 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza [...]” (Deitos, 2010, p. 217).

pobreza. Atribuiu também a falta de governabilidade⁴ dos setores públicos como condição de entraves ao desenvolvimento, recomendando a descentralização das responsabilidades do Estado para os governos locais, compactuando na implementação de políticas focalizadas para os setores sociais, dentre eles, o setor educacional.

O investimento em educação está pautado no pressuposto de ascensão social. Esse pressuposto, em relação a educação da infância, atribui benefícios para esta faixa etária, que se restringem a progressão escolar, produtividade e consumo no futuro. Portanto, para o Banco Mundial “[...] a educação precoce beneficia a sociedade tanto quanto beneficia a cada indivíduo” (Banco Mundial, 2001b, p. 9).

Daí a preocupação do Banco Mundial com as proposições para a educação na infância. O setor educacional destinado a este público começa a exigir maior atenção por parte deste Organismo Internacional que afirma haver “[...] impacto da pré-escola sobre os resultados educacionais gerais da criança, sobre seu futuro emprego e ganhos no mercado de trabalho [...]” e que “[...] um ano de pré-escola resulta em um aumento de 2% a 6% nos ganhos futuros” (Banco Mundial, 2001b, p. x-xi). Para o Banco Mundial, frequentar a Educação Infantil ocasiona aumento de renda no futuro e este seria dentre outros⁵, um importante benefício.

No Capítulo I, do *Relatório 22841-BR (2001b)*, o Banco Mundial apresenta “As distorções⁶ de desenvolvimento no Brasil e o desenvolvimento da primeira infância”. Afirma que tais distorções podem ser melhoradas por meio de intervenções direcionadas. Destacamos, dentre outras, a primeira causa considerada responsável pelas distorções: o *déficit* educacional de cada sujeito que, para o Banco Mundial, limita “[...] severamente a capacidade de construção do capital humano” (Banco Mundial, 2001b, p. 1). O Banco Mundial alerta que “[...] Além de diminuir a competitividade do Brasil no mercado

⁴ Leher (1998, p. 172-173, grifos do autor) nos chama a atenção para o fato de que o Banco Mundial “[...] afirma que as tensões entre o ajuste e a pobreza/exclusão, devem ser manejadas, em nome da boa governabilidade, em um sistema democrático. Assim, as reformas da legislação do trabalho, previdência, etc., devem ser encaminhadas como se resultassem de um consenso da maioria [...] em suma, a governabilidade está associada à capacidade do governo conduzir, nos termos definidos, o ajuste estrutural [...] A sua orientação em favor do mercado assume feição altamente técnica: já é um truísmo dizer que as economias reguladas pelo mercado são mais bem sucedidas do que as economias em que ocorre a intervenção do Estado. Nestes termos, o governo dotado de boa governabilidade é o que compreende isto e não ‘briga com os fatos’”.

⁵ No Brasil entre alguns benefícios apresentados pelo Banco Mundial seria a média total de estudos (evasão), redução de repetência. Com relação à situação da nutrição, este diz haver “[...] um impacto relativamente baixo da pré-escola sobre a nutrição da criança” (Banco Mundial, 2001b, p. xi).

⁶ O Banco Mundial apresenta 4 pontos de distorções que impedem o desenvolvimento: 1) *déficit* educacional; 2) Desigualdade de renda e grande incidência da pobreza; 3) baixos indicadores de saúde; 4) Desnutrição entre crianças (Banco Mundial, 2001b).

externo, a desigualdade na educação cria um hiato entre cidadãos ricos e pobres que perpetua a pobreza” (Banco Mundial, 2001, p. 1).

A educação das crianças para o Banco Mundial poderia atuar de forma positiva na sociedade, não só para a garantia de sua sobrevivência, inserindo-as no mercado de trabalho, mas como redentora das mazelas sociais e do alívio da pobreza. Nesta direção, atribuí-se a instituição escolar a responsabilidade de disponibilizar e aplicar medidas emergenciais e paliativas (Campos, 2008, p. 42) como forma de reparar e equalizar as condições sociais dos sujeitos que se encontram em situação de pobreza.

Para o Banco Mundial, as intervenções no desenvolvimento da infância possibilitariam que as crianças pobres frequentem a escola “[...] com uma base de desenvolvimento mais em equilíbrio com a de seus colegas mais ricos, quebrando assim o ciclo persistente de transferência de pobreza entre as gerações” (Banco Mundial, 2001b, p. 9).

Associa-se, desse modo, a educação da infância de forma direta e eficaz, no que concerne à administração da pobreza. Com o discurso de equidade reforçam, no campo educacional, a ideia de ascensão social, de moralização e disciplinarização das classes pobres (Campos, Rosânia; Campos, Roselane, s/d, p. 3). A pobreza é concebida como uma patologia, como “algo hereditário” e transmissível. Em outras palavras, um sujeito pobre tende a ter filhos pobres, já que esta é sua condição social. Portanto, nas proposições do Banco Mundial “[...] a pobreza não é tratada como um problema estrutural e conjuntural, mas sim como uma questão residual [...]” (Campos, 2008, p. 14).

Podemos considerar que as ações direcionadas ao investimento em educação como forma de administrar a pobreza constituem-se “[...] apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas [...]” (Mészáros, 2004, p. 2, grifo do autor).

A criança pobre encontra-se inserida neste contexto de exclusão social, daí o interesse em indicação de proposições para a educação da infância seria uma das formas de reduzir as carências sociais. Para o Banco Mundial o investimento no *capital humano*, portanto, consiste em formar trabalhadores capazes de gerar renda e atuar do mercado como fornecedor de sua força de trabalho e como consumidor.

A interferência educacional na infância insere-se na lógica de aliviar a pobreza e a Educação Infantil reflete diretamente o processo de elaboração das políticas

educacionais preconizadas pelo Banco Mundial. O *Relatório 22841-BR (2001b)* evidencia que “Outro impacto notável é o efeito indireto sobre a capacidade futura de gerar renda, para a qual estima-se um aumento de 11% baseado em uma frequência de 2 anos de pré-escola” (Banco Mundial, 2001b, p. 12).

O desenvolvimento na infância, para o Banco Mundial, situa-se como um apêndice para o rendimento educacional no que tange aos anos de escolarização, e também como ação preventiva no que se refere ao fracasso escolar e pessoal, já que afirma a possibilidade de maiores ganhos no futuro (Drewinski, 2001, p. 114).

Constata-se que “[...] O Banco Mundial é, de modo semelhante, capaz de usar a figura da criança inocente [...]” para fortalecer seu discurso ideológico, e desta forma “[...] evitam assumir o grande dano que as políticas neoliberais vêm impingindo às crianças pobres do mundo [...]”, reproduzindo, assim, os pressupostos americanos para a aceitação da “distorção” entre os ricos e os pobres (Penn, 2002, p.19-21).

Os objetivos do Banco Mundial visam garantir a propriedade e os direitos do mercado internacional com interesse em administrar o setor econômico e político. Objetiva, também, gerir os problemas provenientes de forma a proteger os Estados membros, caso haja ameaças ao mercado internacional, e assim lhes impõem proposições políticas a serem cumpridas. Desta forma, atua na lógica do capital com propostas para a educação que criam as condições para incluir os sujeitos nas relações de troca (MucenieckS, 2010; Kruppa, 2010). As proposições políticas do Banco Mundial acerca das reformas implementadas caracterizam-se como “[...] justificativas na necessidade de rever os entraves, os fatores de ineficiência que estariam impedindo a reprodução eficaz do modo capitalista de produção” (Zanardini, 2007, p. 246).

Finalizando, o Banco Mundial, de Instituição Financeira que teve inicialmente a finalidade de reconstrução dos países europeus destruídos pela II Guerra Mundial e de fomento ao desenvolvimento nos países menos desenvolvidos, foi, historicamente, se inserindo na dinâmica econômico-política mundial, em que a preocupação com a pobreza demarcou as suas proposições para elaboração das políticas, dentre elas, para a Educação Infantil.

O alívio da pobreza significou e significa a condição fundamental nas proposições políticas do Banco Mundial. Por meio da formulação de propostas de Educação para a infância o atendimento às *necessidades humanas básicas*, com ênfase para o *capital humano*, constituiu uma das estratégias que cumpre com o seu objetivo de focalização

das políticas sociais. Por esse motivo, reitera-se que as políticas sociais se restringem a oferta de educação e saúde básicas, visando atender aos grupos socialmente vulneráveis para contribuir com a estabilidade econômica, política e social.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, a qual deixamos nosso agradecimento.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Brasil: Documento de País. Julho de 2000. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAIS/ES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21436434~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>. Acesso em: 27 de agosto de 2009.

_____. Relatório nº. 20475-BR. O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a Redução da Pobreza. Volume I. Departamento do Brasil – Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico. Região da América Latina e do Caribe. Washington, DC, 2001a. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAIS/ES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21436434~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>. Acesso em: 27 ago. 2009.

_____. Relatório nº. 22841-BR. Brasil – Desenvolvimento na Primeira Infância: Foco sobre o Impacto das Pré-Escolas. Departamento de Desenvolvimento Humano - Brasil – Unidade de Gerenciamento do País – Região da América Latina e Caribe – Documento do Banco Mundial. Washington, DC, 2001b. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORTUGUESE/EXTPAIS/ES/EXTLACINPOR/BRAZILINPOREXTN/0,,contentMDK:21436434~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:3817167,00.html>. Acesso em: 27 agosto de 2009.

CAMPOS, Rosânia. Educação Infantil e Organismos Internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas Repercussões no Contexto Nacional. Florianópolis-SC, 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane Fátima. A Educação das Famílias como Política Educacional: uma análise do programa família brasileira fortalecida - GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2677-Int.pdf>>.

CONTERNO, Solange de Fátima Reis. O Banco Mundial e a atualização da retórica da satisfação das necessidades expressas nas áreas de Educação e Saúde. In: FIGUEIREDO; Ireni Marilene Zago; ZANARDINI, Isaura Monica Souza; DEITOS, Roberto Antonio (orgs.). Educação, políticas sociais e Estado no Brasil. Cascavel: EDUNIOESTE; Curitiba: Fundação Araucária, 2008.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAH, Sérgio (Organizadores). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. 5ª edição - São Paulo: Cortez, 2007.

DEITOS, Roberto Antonio. O capital financeiro e a educação no Brasil. Tese (Doutorado em Educação - Área de concentração: História, Filosofia e Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas-SP, 2005.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Gestão da educação brasileira. In: Dalila Andrade de Oliveira (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. Educação Infantil: O direito negado nas políticas educacionais. Revista Guairacá, nº 17, p. 111-113, 2001. Disponível em <<http://www.unicentro.br/revistas/guairaca/17/artigo%207%20educa%E7%E3o%20infantil.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2010.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. O Banco Mundial e as Políticas Públicas de Educação nos anos 90. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/t0511651397173.doc>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

LEHER, Roberto. Da Ideologia do Desenvolvimento à ideologia da globalização: a Educação como estratégia do Banco Mundial. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

MARQUEZ, Christine Garrido. O Banco Mundial e a Educação Infantil no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2006.

MÉSZAROS, István. A educação para além do capital. Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em <<http://resistir.info/>>.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abádia. Quem manda na educação do Brasil? Idea Editora, Brasília, 2000.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska. Uma análise sobre as orientações políticas do Banco Mundial para a educação brasileira. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/rebecamuceniecks.pdf>>.

PENN, Helen. Primeira Infância: a visão do Banco Mundial. Cadernos de Pesquisa, nº. 115, p. 7-24. Março/2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a01n115.pdf>>.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. A Ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira. Tese de Doutorado – UNICAP – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2006.

_____. A Reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. Revista Perspectiva, vol. 25, n. 1, p. 245-270. Jan/Jun. 2007. Disponível em <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 31 agosto de 2010.